

Caso 1 – Violação de dados sigilosos

João é um engenheiro informático que trabalha numa empresa de tecnologia que desenvolve softwares de monitorização e vigilância. Recentemente, a empresa recebeu um grande contrato do governo autoritário para desenvolver um sistema avançado de vigilância que inclui reconhecimento facial, monitorização de redes sociais e rastreamento de localização em tempo real. O sistema será implementado em toda a população para garantir a "segurança nacional".

Durante o desenvolvimento, João percebe que o sistema tem potencial para ser usado de maneira abusiva, permitindo ao governo monitorizar e reprimir dissidentes políticos, minorias e qualquer pessoa considerada uma ameaça ao regime. Ele está ciente de que os dados recolhidos podem ser usados para prisões arbitrárias e violações de direitos humanos.

Caso 2 - Conflito entre ética profissional e pressão comercial

Maria é uma engenheira de *machine learning* numa startup que desenvolve ferramentas de Recursos Humanos baseadas em Inteligência Artificial. Um dos produtos principais é um algoritmo destinado a filtrar currículos e recomendar candidatos para entrevistas iniciais, com o objetivo de agilizar o processo de contratação. A equipa de Maria passou vários meses a treinar o algoritmo com um grande conjunto de dados históricos de contratações da indústria. Durante a fase final de testes, Maria e um colega notam que o algoritmo consistentemente pontua mais baixo currículos de candidatos de certos grupos demográficos minoritários, apesar de as suas qualificações e experiência serem comparáveis ou até superiores às de candidatos de outros grupos que obtêm pontuações mais altas. Uma análise mais aprofundada revela que o viés parece estar enraizado nos próprios dados históricos de treino, que refletem padrões de contratação passados que favoreceram determinados grupos.

A liderança da startup está ansiosa para lançar o produto no mercado, pois os investidores esperam resultados e a concorrência está a aumentar. Maria enfrenta um dilema: ignorar o viés descoberto, ciente de que o algoritmo perpetuará e possivelmente exacerbará práticas de contratação discriminatórias no futuro, mas permitindo o lançamento do produto dentro do prazo; ou reportar formalmente o viés e insistir que o algoritmo seja corrigido, o que implicaria um trabalho significativo para limpar ou reequilibrar os dados de treino, desenvolver métodos de mitigação de viés e testar novamente. Isto atrasaria o lançamento do produto, potencialmente colocando em risco a situação financeira da startup e a posição da equipa de Maria na empresa.

Caso 3 – Abuso de poder

Na empresa XPTO trabalha o José, um profissional empenhado e dedicado, que exerce funções como administrador de sistemas. O João namora com a Rita, uma colega que trabalha na mesma empresa, na área de Recursos Humanos. Com a desconfiança gerada pelos ciúmes, o José decide começar a analisar as mensagens de correio-eletrónico da Ana, de modo a tentar perceber se esta anda a manter outros relacionamentos. Enquanto faz isto, acaba por ter acesso a mensagens com dados de outros colaboradores da empresa, necessários à atividade da Ana nos Recursos Humanos. Chega mesma a suceder, apagar mensagens sem intenção e sem se aperceber.

Um colega, o Filipe, também ele administrador de sistemas, começa a aperceber-se deste comportamento do José e denuncia-o perante a Administração da empresa, apresentando factos indeléveis destas atividades.

A Administração da empresa decidiu instaurar um inquérito interno, tendo-lhe atribuído essa responsabilidade a si. O que fazer?

Caso 4 – Responsabilidade no uso de ferramentas

Na empresa XPTO trabalha o Matias, que apesar de ser um profissional empenhado e dedicado, tem um espírito muito inventivo e dedicado à descoberta, o que faz com que dedique algum do seu tempo em casa a pesquisar e fazer download de filmes pirateados. Um dia, sem se aperceber, um dos sítios web onde foi parar na sua busca por esses filmes, descarregou-lhe um vírus (cavalo-de-tróia) para o computador, não detetado pelo antivírus fornecido pela empresa. Quando, no dia seguinte, ligou o computador na rede da empresa, esse vírus, infectou vários servidores, levando mesmo à eliminação de informação importante para o próprio negócio, resultando em prejuízos. Isso também porque a área de IT, estava a realizar backups apenas numa base semanal, ao invés de diária, como deveria ser e estava especificado nas políticas internas da empresa.

Tendo havido lugar a um inquérito interno, percebeu-se o que tinha sucedido e como.

Adicionalmente, na empresa existe um documento que especifica, em termos de segurança, os cuidados que todos os utilizadores devem ter com a utilização do respetivo computador e ferramentas digitais, algo que não foi escrupulosamente cumprido pelo Matias. O que Matias deveria fazer?

Caso 5 – Invasão de privacidade

Na empresa XPTO, trabalham a Ana e o João. Esta empresa é vítima frequente de ataques, de um invasor que cria ataques por e-mail contendo *malware* projetado para tirar vantagem da curiosidade ou mesmo da ganância dos destinatários. Um certo dia, a Ana estava sentada na secretária do João que, entretanto, se tinha ausentado do posto de trabalho, deixando o ambiente do seu computador acessível e com o email aberto. A Ana põe-se a ler os tópicos das mensagens de email recebidos pelo João. Imagine que o corpo da mensagem que Ana viu no e-mail de João fosse "Veja os salários de nossos gerentes e números da segurança social" em vez de "A piada mais engraçada que você verá hoje". Seria ético para Ana abrir tal arquivo? Se esse e-mail fosse recebido, qual seria a melhor ação a ser tomada?

Caso 6 - Conflitos de interesse

Na empresa XPTO, foi decidido contratar um CISO (Chief Information Security Officer). Alfredo foi o responsável pelo processo de seleção e recrutamento e conseguiu localizar Carlos, alguém com todas as competências para o lugar e experiência anterior na área. Em vez de Carlos ser nomeado CISO, suponha que Alfredo contratou seu genro, um contabilista desempregado, para preencher o cargo. Presumindo que a pessoa não tivesse experiência anterior ou preparação para um trabalho em segurança da informação, Alfredo fez uma escolha ética?

Caso 7 - Propriedade intelectual e conflitos de interesse

Miguel é engenheiro informático numa empresa que desenvolve software de gestão empresarial. Fora do horário de trabalho, ele está a desenvolver um projeto pessoal: uma aplicação de gestão de tarefas para freelancers, que tem algumas funcionalidades semelhantes às do produto da empresa.

Durante o desenvolvimento, Miguel percebe que poderia acelerar o progresso do seu projeto pessoal reutilizando partes do código que escreveu para a empresa — especialmente módulos genéricos de autenticação e gestão de utilizadores. Ele acredita que esse código não é confidencial nem exclusivo, e que ninguém perceberia.

Miguel enfrenta uma escolha: Reutilizar o código da empresa no seu projeto pessoal, acreditando que não há prejuízo direto; escrever tudo do zero, o que atrasaria significativamente o lançamento do seu projeto; ou consultar a empresa, correndo o risco de ser impedido de continuar com o projeto ou de ter que partilhar os direitos.

Até que ponto o código produzido dentro da empresa pertence ao engenheiro? É ético reutilizar componentes genéricos sem autorização explícita? Como distinguir entre conhecimento técnico adquirido e propriedade intelectual?